

**REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**  
**REGISTRO DE DEPENDENTE NOS ASSENTAMENTOS**  
**FUNCIONAIS DO MAGISTRADO/SERVIDOR**

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i>
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400   (85) 3388-9300
Sítio institucional sobre a LGPD	<a href="http://www.trt7.jus.br/lgpd">www.trt7.jus.br/lgpd</a>
Centros de Tratamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza/CE; Edifício Anexo II do Tribunal - Andar 8º</li> </ul>

Finalidade do tratamento	<i>-Processar requerimento de registro de dependente nos assentamentos funcionais, sem fins financeiros imediatos</i>
Enquadramento legal	<i>-art. 241 da Lei nº 8.112/1990</i> <i>-<u>art. 7º da LGPD</u></i>  <i>(...)</i> <i>IX - quando necessário para atender aos interesses</i>

	<p><i>legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecer em direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>Ato TRT7 nº 303/2015</i></p> <p><i>Ato TRT7 nº 74/2020</i></p>
Titulares dos dados	<i>Magistrados e servidores ativos e inativos do TRT7 e seus dependentes.</i>
Categoria de dados pessoais	<p><i>Os dados pessoais que serão solicitados dos magistrados e servidores e dos seus dependentes são:</i></p> <p><i>-nome</i></p> <p><i>-CPF,</i></p> <p><i>-Matrícula,</i></p> <p><i>-e-mail,</i></p> <p><i>-RG,</i></p> <p><i>-Telefone,</i></p> <p><i>-Certidão de Casamento; Certidão de Nascimento; Termo de Guarda Judicial</i></p>
Categoria de destinatários	<p><i>Os dados pessoais, que constam nos arquivos digitais, não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os documentos digitais anexados só podem ser visualizados pelos participantes do processo, conforme dispõe o Inciso I, do §2º, do Art. 8º, do Ato 303, “O acesso restrito”, é limitado às partes e à unidade detentora do processo, deve ser utilizado nos documentos que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, tais como atestados e laudos médicos, certidões de nascimento e de casamento, escrituras públicas de união estável, atestados de antecedentes, declaração de bens, entre outros, nos termos do inc. I do § 1º do art. 31 da Lei 12.527/2011. Para consulta externa é preciso que o processo/documento seja compartilhado/autorizado pelo Tribunal.</i></p> <p><i>É necessário realizar o cadastro do usuário externo.</i></p>
Transferência internacional	<i>não.</i>
Prazo de conservação	<i>Prazo indeterminado.</i>
Medidas de segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Política e normas complementares de</i></li> </ul>

segurança da informação do TRT7;

- *Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.*
- *DECRETO Nº 9.637/2018 que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.*
- *Norma NBR 27001/2013 - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.*
- *Norma NBR 27002/2013 - esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.*